

# A justiça é branca e rica, por Djamila Ribeiro

*(Carta Capital, 22/10/2015) Cada vez mais marginalizadas, expõem o racismo e a feminização da pobreza no Brasil*

No dia 15 de outubro Juliana Cristina da Silva, de 28 anos, responsável pelo atropelamento de dois operários que pintavam uma ciclo-faixa, foi libertada da prisão onde estava desde o dia do acidente, 18 último, para responder ao processo em liberdade.

Juliana terá de pagar um fiança de 20 salários mínimos, o equivalente a 15 mil reais, e comparecer ao fórum a cada dois meses. Foi comprovado que Juliana estava embriagada no momento do acidente.

José Airton de Andrade e Raimundo Barbosa dos Santos morreram vítimas do atropelamento. O primeiro deixa dois filhos e o segundo, quatro. Além de atropelar e matar os dois homens, Juliana fugiu do local do acidente e chegou a percorrer cerca de 3 quilômetros antes de ser parada pela polícia. E Juliana responderá em liberdade.

Dina Alves, advogada e ativista, concluiu uma pesquisa de mestrado nesse ano na PUC São Paulo, na qual analisou o modo pelo qual réis negras são tratadas pelo judiciário. A pesquisa *Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*, tinha o objetivo de oferecer uma análise interseccional de gênero, raça e classe sobre a distribuição desigual da punição no sistema de justiça criminal paulista e aprofundar a relação entre a feminização da pobreza e feminização da punição.

“A análise interseccional oferece possibilidades de descentralizar (ou complexar) os estudos sobre as prisões que têm privilegiado a perspectiva de classe social em detrimento de uma abordagem mais ampla e condizente com a realidade racial brasileira”, diz Dina.

“Embora as mulheres presas tenham sido objeto de crescente interesse entre

pesquisadores do sistema penitenciário nacional, as mulheres negras não aparecem em suas discussões, ainda que constituam o principal grupo de presas no país. Alguns trabalhos têm mostrado que as mulheres, de modo geral, possuem uma vulnerabilidade específica, marcada por sua condição de gênero em uma sociedade estruturada a partir de desigualdades entre homens e mulheres”, prossegue.

“Apesar de tais estudos ajudarem a entender a dimensão de gênero nas prisões - uma vez que elas têm o mérito de des-masculinizar as narrativas sobre o universo prisional - eles têm se revelado insuficientes no que diz respeito à especificidade da mulher negra”, conclui.

Para tal, Dina entrevistou algumas réis negras para que falassem de suas situações e eventuais violências sofridas e as histórias demonstram a parcialidade da justiça brasileira. Dina não colocou os nomes verdadeiros das mulheres, segundo ela o uso do nome fictício foi político “para preservar a imagem da entrevistada e para romper com a lógica burocrática que a reduziu a números, tanto nos seus prontuários que tive acesso, quantos nos processos criminais”. Dessas, se destaca a história de Joana.

“Eu peguei sete anos de novo e tou aqui com minha filha, e agora ela teve um bebê, meu neto. Quando fui presa, trabalhava como carroceira e morava nas ruas, embaixo do viaduto do Glicério. Eu tava na cracolândia e o policial me levou. Eu engoli três pedras de crack pra não ser presa. Já perdi as contas de quantas vezes vim pra cá. A primeira vez foi com 17 anos quando fui para a Febem, e hoje tenho 49 anos. Já vivi mais aqui do que lá fora. O que eu quero hoje é poder ficar com minha filha mais perto e meu neto. O pai do menino a polícia matou e eles querem levar meu neto para a adoção, mas eu não vou deixar. Já falei com a Pastoral”, relata uma entrevista realizada em 5 de outubro de 2014.

Sobre Joana, Dina diz: “Nos meus encontros com Joana percebi a figura de uma mulher negra, carroceira, sem dentes, obesa e dependente de drogas. A experiência de Joana como usuária e vendedora de drogas na Cracolândia ajuda a entender o que a socióloga norte-americana Julia Sudbury chama de “feminização da pobreza”.



Juliana Cristina da Silva (Foto: Mario Angelo/Sigmapress/Folhapress)

Cada vez mais marginalizadas do acesso às esferas de produção de consumo e direitos de cidadania, mulheres negras, como Joana, figuram na economia ilegal do tráfico de drogas como vendedoras, mulas ou simplesmente consumidoras. Joana tem uma história de uso de drogas que tem tudo a ver com o processo de racismo e feminização da pobreza no Brasil.

Sua história de aprisionamento começou aos 11 anos de idade quando viveu entre as ruas e abrigos do Estado. Foi apreendida aos 17 anos de idade na atual Fundação Casa (FEBEM) e hoje cumpre pena na penitenciária Feminina de Santana com sua filha e seu neto recém-nascido. Entre a prisão e as ruas, Joana tem a vida marcada por um assalto patriarcal ao seu corpo que pode ser visto em sua aparência doentia e envelhecida, embora possua apenas 49 anos de idade”.

Joana não teve a mesma sorte de Juliana. Joana é negra, pobre e desde muito cedo sofre com a omissão do Estado. Juliana é branca e rica e, mesmo tendo matado duas pessoas, é beneficiada pela ação do Estado que concede privilégios ao grupo branco por conta do racismo estrutural. Joana, aos 49 anos seguirá encarcerada e sem oportunidades.

Juliana, após tirar a vida de dois trabalhadores por dirigir alcoolizada, o que também configura crime, vai passar o natal com a família porque na lógica desigual racista, foi só uma moça de bem que cometeu um erro.

***Acesse no site de origem: [A justiça é branca e rica, por Djamila Ribeiro \(Carta Capital, 22/10/2015\)](#)***

---

# Homofobia motivou um assassinato a cada 27 horas em 2014 no Brasil

*(R7, 16/03/2015) Para a especialista, aumento de discussões sobre temas LGBT explicaria reações violentas*

Em 2014, 326 pessoas morreram no Brasil em razão da homofobia, o que significa um assassinato a cada 27 horas. Os dados fazem parte do Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil, divulgado em fevereiro pelo GGB (Grupo Gay da Bahia).

## **Leia também:**

[Violência e exclusão causam morte precoce de travestis \(O Tempo, 15/03/2015\)](#)

[Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar \(G1, 13/03/2015\)](#)

[SDH afirma que Governo Federal já tem portaria interministerial que amplia direitos e instrumentaliza políticas públicas voltadas à população LGBT \(SDH, 12/03/2015\)](#)

O levantamento é feito com base em notícias veiculadas na imprensa. De acordo com o documento, o número de casos cresceu em 4,1 % na comparação com 2013.

A subnotificação impede uma radiografia fiel da realidade. O antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB e coordenador da pesquisa, estima que todos os dias, no mínimo, um homicídio com motivação homofóbica ocorra no País, o que coloca o Brasil no topo do ranking.

— Hoje, 50% dos assassinatos de pessoas trans no mundo acontecem no Brasil.

Mott afirma que os crimes contra os LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) são marcados pela imprevisibilidade.

— A falta de um padrão sistemático, regular da intolerância e da violência é um problema. A única tendência fixa é que sempre são mais gays [vítimas]. Em segundo lugar, as travestis e, em terceiro, as lésbicas.

O antropólogo completa, enfatizando que, em termos relativos, travestis e transgêneros estão mais expostos, uma vez que essa população não chega a 1 milhão no País, enquanto a de gays está na casa dos 20 milhões, conforme organizações que atuam junto a esses segmentos. Uma das explicações para essa vulnerabilidade estaria no estilo de vida marginalizado.

— Ninguém quer empregar uma travesti. Na escola, elas são humilhadas, expulsas e a prostituição se torna meio de sobrevivência.

Dos 326 mortos registrados no levantamento de 2014, 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas.

## **Disque 100**

Dados do Disque 100, serviço mantido pela SDH/PR (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), apontam que das denúncias de violência homofóbica recebidas no ano de 2014, em 67,10% as vítimas eram homens; 19,45%, mulheres e, em 13,45% dos registros, o sexo não foi informado.

Conforme as estatísticas do serviço, os alvos mais recorrentes são gays (20,05%), travestis (11,57%), lésbicas (9,51%) e transexuais (8,31%). A faixa etária mais vulnerável é a de 18 a 24 anos, que corresponde a 31,71% das vítimas, segundo a SDH/PR.

## **Violência física e psicológica**

Entre as denúncias de violência física contra LGBTs recebidas pelo Disque 100, a lesão corporal foi a mais frequente, totalizando 188 registros. Maus-tratos e homicídio aparecem na sequência, com 148 e 35 casos, respectivamente.

Já quando a violência é psicológica, a humilhação está no alto da lista. Foram 659 denúncias levadas à central em 2014. Em segundo lugar, vem a

hostilização (592), seguida por ameaça (349), calúnia/injúria/difamação (149) e perseguição (111).

Os tipos de violações contra LGBT mais recorrentes no ano passado foram: discriminação, com 864 registros (85,29%); violência psicológica, com 781 (77,10%) e violência física, com 284 (28,04%).

No acumulado, o número de denúncias de violência homofóbica recebidas pelo serviço foi de 1.013, 40% a menos do que em 2013 (1.695 registros).

### **País de contradições**

Na análise do antropólogo e ativista Luiz Mott, o Brasil é permeado por contradições.

— O Brasil tem um lado cor-de-rosa: a maior parada gay do mundo, a maior e mais dinâmica associação LGBT do mundo [ABGLT], as novelas estão cada vez mais incluindo personagens gays, lésbicas e trans. Há ainda conquistas institucionais importantes, como o casamento homoafetivo, o nome social para travesti em mais de 20 entidades, universidades e até Ministério Público. Mas, ao mesmo tempo, há um lado vermelho sangue, que é representado pelos assassinatos. Diferentemente do Irã, do Sudão, onde há pena de morte contra os homossexuais, o Brasil não tem legislação punitiva, mas aqui se mata muitíssimo mais do que nos países onde há pena de morte.

Para a especialista em questões de gênero, escritora, psicanalista e professora da USP (Universidade de São Paulo) Edith Modesto, o aumento da aceitação das diferenças de orientação sexual por parte da sociedade e a maior incidência do tema nos meios de comunicação explicariam, de certa forma, as reações violentas contra a população LGBT.

— As pessoas com problema, que costumamos chamar de homofóbicas, ficam muito amedrontadas quando veem que isso está caminhando. É uma dialética. A coisa está melhorando por um lado, o respeito é maior, está havendo um movimento interno nas pessoas de aceitação, de acolhimento das diferenças. Por outro lado, aqueles que já têm o problema mais acentuado ficam apavorados e começam até a recrudescer. Então, o preconceito vira rejeição, intolerância e passa da paixão para a ação. Assassinato, agressão

física, xingamento.

Na avaliação da psicanalista, apesar da sensação de que há um retrocesso, hoje o homossexual “existe” socialmente.

— O homossexual já “existe”. Mesmo que a pessoa não aceite. Antes, ele nem podia existir, não era um sujeito, tinha que viver à margem da sociedade, porque não tinha um lugar como cidadão. As coisas melhoraram um pouco. Mas pouco.

A professora da USP entende que a intervenção do Estado na questão, por meio de projetos e de leis, é fundamental para contornar o problema das agressões contra os LGBTs e para evitar que essa população fique à margem.

— Eu luto para ter uma casa de passagem para jovens, para que eles possam estudar, viver fora da família enquanto houver essa dificuldade [...] Penso também que temos que ter leis que protejam as diferenças. Por exemplo, as diferenças étnico-raciais estão protegidas. As diferenças de orientação sexual e de identidade de gênero não estão. A proteção legal é fundamental. É preciso leis que protejam essas pessoas para que elas sejam respeitadas mesmo por aqueles que não são a favor das diferenças.

Luiz Mott também enfatiza a urgência na aprovação de leis para frear a violência anti-homossexual, que, segundo estatísticas do GGB, atingiu nos últimos quatro anos patamares nunca vistos - média de 310 assassinatos anuais.

— Do mesmo modo que hoje em dia todo mundo se policia para não fazer piada racista, eu tenho muita convicção de que a penalização da homofobia com multa e com prestação de serviços em Organizações Não Governamentais LGBT vai ter um impacto importante, sobretudo, com o apoio da mídia e com o governo fazendo seu papel.

Além de legislação que garanta a cidadania da população LGBT, Mott defende como medida de erradicação dos crimes homofóbicos, a educação sexual para ensinar o respeito aos direitos humanos dos homossexuais e a exigência de que a polícia e a Justiça investiguem e punam esse tipo de crime. Para ele, é importante ainda que gays, lésbicas, travestis e transexuais

evitem situações de risco.

Ana Cláudia Barros

**Acesse no site de origem:** [Homofobia motivou um assassinato a cada 27 horas em 2014 no Brasil \(R7, 16/03/2015\)](#)

---

# 10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo

**(Exame, 25/02/2015)** O Brasil é um país extremamente violento — que mata mais do que regiões em guerra — e vive um quadro de crise da segurança pública que se agravou nos últimos anos. Essas foram as conclusões da ONG Anistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos no país.

**Leia mais:** [Brasil é um dos países em que mais se mata no mundo, diz Anistia Internacional \(Exame, 25/02/2015\)](#)

A entidade lançou um relatório sobre os direitos humanos em todo o mundo, incluindo o Brasil. Segundo o documento, os casos de violência no país foram marcantes nos últimos dois anos, e já está mais do que na hora de o poder público tomar uma atitude.

Veja, a seguir, dez violações dos direitos humanos que chamaram a atenção da Anistia Internacional:

## 1 - Número de mortes

Segundo a Anistia Internacional, o Brasil tem cerca de 56 mil vítimas de homicídio por ano. “O Brasil é um dos países onde mais se mata no mundo. Convivemos com números de homicídios que superam situações onde existem conflitos armados e guerras. Isso é inadmissível”, afirma Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, em material enviado à imprensa.



## **2 - Repressão a protestos**

Um dos destaques do capítulo brasileiro no relatório foram os protestos que tomaram as ruas antes da Copa do Mundo. Segundo a entidade, muitos manifestantes foram detidos de forma arbitrária pela polícia.

Houve ainda casos de agressão a jornalistas que cobriam as manifestações. Para a Anistia Internacional, isso mostra que nossas polícias ainda não estão preparadas para assegurar os direitos à liberdade de expressão e à manifestação pacífica.

## **3 - Violência policial**

Para a ONG, a lógica militarizada das polícias brasileiras contribui para manter os elevados índices de mortes violentas. “‘Bandido bom é bandido morto’ é uma filosofia em que todos saem perdendo. Perde o Estado, que coloca a vida de seus agentes de segurança em risco e abre mão de enfrentar o crime com inteligência; e perde a sociedade, brutalizada e acuada pelo medo da violência”, afirma Roque no documento.

O relatório cita diversos casos de mortes supostamente causadas por policiais. Um deles é o de Claudia Silva Ferreira, baleada por policiais durante uma troca de tiros no Morro da Congonha, no Rio de Janeiro. Quando estava sendo levada ao hospital, na traseira do carro da polícia, Claudia caiu do veículo e foi arrastada por uma distância de 350 metros.

## **4 - Condições prisionais**

Outro destaque do relatório foram as condições dos presídios. “Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras”, diz o documento.

A Anistia Internacional lembrou o caso do presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Em 2013, 60 detentos foram mortos na unidade. No início de 2014, o país ficou chocado com as notícias de presos torturados e decapitados.

## **5 - Tortura e maus-tratos**

A entidade registrou ainda diversas denúncias de tortura e maus-tratos. O relatório destaca o caso do pedreiro Amarildo de Souza, que foi detido pela polícia no Rio de Janeiro e desapareceu. “Enquanto estava em custódia da Unidade de Polícia Pacificadora local, ele foi torturado até a morte”, diz o documento.

## **6 - Impunidade dos crimes da ditadura**

A entidade destacou a importância do relatório final da Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes praticados pelo regime militar. No entanto, a ONG criticou a Lei de Anistia que, na sua visão, garante a impunidade dos crimes cometidos durante o regime de 1964.

“Promotores públicos federais que buscavam levar os perpetradores desses crimes à Justiça condenaram a Lei da Anistia como sendo incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos. Até o momento, os juízes têm rejeitado esses argumentos”, diz o documento.

## **7 - Direitos dos povos indígenas**

O relatório também analisou os conflitos por terra envolvendo povos indígenas e comunidades quilombolas. Segundo o relatório, 34 pessoas foram mortas em conflitos por terra em 2013. O texto cita o caso dos índios guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul, que aguardam demarcação de terras desde 2007. Também fala sobre a PEC 215, que pretende transferir para o Legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas.

## **8 - Direitos LGBT**

Segundo o relatório, apesar de o Poder Judiciário ter autorizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os homossexuais ainda são vítimas de preconceito e crimes de ódio no Brasil.

“Lideranças políticas e religiosas continuaram a fazer frequentes declarações homofóbicas”, diz o texto. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 312 pessoas foram mortas em crimes de homofóbicos em 2013.

## **9 - Criminalização do aborto**

A ONG internacional destaca também a questão da criminalização do aborto. “O direito brasileiro permite o aborto em casos de estupro, ameaça à vida da mulher e fetos anencéfalos. Esse conjunto limitado de possibilidades fez com que muitas mulheres recorressem a abortos clandestinos e inseguros”, diz o texto.

## **10 - Comércio de armas**

Outro ponto destacado é a falta de transparência nas informações sobre exportação de armas brasileiras. Não se sabe, por exemplo, “se armas são exportadas para países onde estão ocorrendo violações de direitos humanos em grande escala”. O texto ressalta que o Brasil assinou, em 2013, o Tratado sobre o Comércio de Armas. No entanto, até o final de 2014 o documento não havia sido ratificado.

*Mariana Desidério*

**Acesse no site de origem:** [10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo \(Exame, 25/02/2015\)](#)

---

# **Homofobia: discussão evoluiu, mas Brasil é campeão em crimes**

*(Terra, 06/02/2015) Primeira vítima (divulgada) de homicídio por homofobia no Brasil morreu em fevereiro de 2000. Quinze anos depois, muito pouco se avançou, na prática, para reduzir quantidade de crimes*

Há exatos 15 anos, o adestrador de cães Edson Nérís da Silva foi espancado até a morte em plena Praça da República, no Centro da capital paulista. Esse foi o primeiro caso de crime homofóbico a ser amplamente divulgado pela imprensa nacional. Edson foi o primeiro, mas não foi o último.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, que, na ausência de informações oficiais

sobre uma prática que não é discriminada nos boletins de ocorrência, é considerado referência sobre o tema no País, o Brasil é o campeão mundial de crimes homo-transfóbicos.

Anualmente, a ONG publica relatórios sobre casos de homicídios contra membros da comunidade LGBT. De acordo com o último levantamento, foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas brasileiros em 2013, incluindo uma transexual morta no Reino Unido e um gay morto na Espanha. Naquele ano, em média, aconteceu uma morte do tipo a cada 28 horas.

Ainda segundo o relatório, em 2013, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis registrados em todo o mundo aconteceram no Brasil. Pernambuco e São Paulo foram os Estados onde mais crimes do tipo aconteceram em 2013. Na lista dos Estados menos violentos, estão o Acre - onde não houve registro de crime homofóbico naquele ano -, Amapá e Espírito Santo - respectivamente, com uma e duas ocorrências.

Para o advogado Eduardo Piza Mello, que criou o Instituto Edson Nêris - em homenagem à vítima do ataque na Praça da República -, muita coisa mudou de poucos anos para cá. “O que era considerado indecente e imoral, hoje é aceitado legalmente e socialmente, como o casamento, a união estável. Isso seria impossível há cinco anos, por exemplo”, explica.

Mas Piza nega que tais avanços tenham reduzido o número de crimes de ódio contra homossexuais. “A (lei) Maria da Penha não reduziu o número de crimes contra mulheres: é um instrumento a mais. Com a discussão sobre homofobia, acontece a mesma coisa com os gays: os crimes não diminuem, necessariamente. Em números reais, não houve redução”, afirmou.

O professor Luiz Mott, antropólogo da Universidade Federal da Bahia, é o coordenador da pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia. De acordo com ele, “tais números (registrados no relatório) representam apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue”. Isso porque o banco de dados coletado pela ONG é construído a partir de notícias de jornal, internet e informações enviadas por outras ONGs.

## **Não identificação e liberdade**

Em apenas 33% dos casos observados, referentes a 2013, os autores dos crimes foram identificados, sendo que, em 67%, não há informação sobre a captura dos criminosos. Um exemplo de impunidade é o caso de Edson Nérís. Na época, a polícia chegou a prender 18 suspeitos. No julgamento, alguns foram condenados a 21 anos de prisão por crime de formação de quadrilha e homicídio triplamente qualificado. Beneficiados pela progressão das penas, todos já estavam em liberdade em 2010.

Piza alerta ainda que no Estado de São Paulo, com mais de 40 milhões de habitantes, há apenas uma Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi). Localizada na Luz, funciona das 9h às 19h e não atende aos finais de semana. “Você acha o suficiente? É claro que não é”, disse o advogado.

O crime contra Edson Nérís pode ter sido o responsável por acrescentar o termo “homofobia” aos noticiários, mas estar em evidência é apenas o primeiro passo para que ocorra uma alteração na cultura da população e nas leis do País.

Além disso, o criador do Instituto Edson Nérís alerta que a sociedade vê as mortes homofóbicas de maneiras diferentes. “Se um gay universitário de pele branca morre em algum ataque homofóbico, ele é visto como vítima e a sociedade se sensibiliza. Se é uma travesti, se ela era profissional do sexo, parece que a vida dela vale menos que a do outro”, alerta o advogado.

“Costumamos dizer que a violência existe para todos e não faz qualquer distinção. É um problema social. O que nos cabe é a discussão e a preocupação com os grupos vulneráveis”, conclui.

Os relatórios anuais do Grupo Gay da Bahia são publicados geralmente no mês de março, portanto não se sabe ainda qual foi a quantidade de crimes registrados no ano passado. Porém, um levantamento preliminar revelou que, apenas em janeiro de 2014, foram documentados 42 homicídios contra homossexuais, um a cada 18 horas. Logo, 2014 pode ter sido ainda mais violento que o ano anterior para a comunidade LGBT, o que confirma que os

avanços não significam menos crimes.

*Jessica Freitas*

**Acesse no site de origem:** [Homofobia: discussão evoluiu, mas Brasil é campeão em crimes \(Terra, 06/02/2015\)](#)

---

## **Governo vai usar aplicativo para monitorar crimes contra direitos humanos na internet**

**(O Globo, 20/11/2014)** A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criou nesta quinta-feira grupo de trabalho para mapear e monitorar crimes contra os direitos humanos nas redes sociais. O grupo de trabalho começará a funcionar neste ano e será formado por representantes da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Secretaria de Políticas para Mulheres, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege).

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Governo vai usar aplicativo para monitorar crimes contra direitos humanos na internet](#)

---

# Conselho Municipal LGBT pretende divulgar relatórios sobre crimes de homofobia em SP

**(Rede Brasil Atual, 26/08/2014)** O Conselho Municipal LGBT de São Paulo está sendo reformulado com apoio da sociedade civil que está manifestando suas ideias e propostas em audiências públicas. Segundo, Alessandro Melchior Rodrigues, coordenador de Política LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, o intuito é que o conselho tenha maior atuação na construção políticas públicas. Além disso, com o novo formato, o conselho pretende disponibilizar um relatório anual dos crimes de homofobia na cidade. Reportagem de Anelize Moreira.

*Escute a matéria na íntegra:*

**Acesse no site de origem:** [Conselho Municipal LGBT pretende divulgar relatórios sobre crimes de homofobia em SP \(Rede Brasil Atual, 26/08/2014\)](#)